

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ

CNPJ nº 23.453.830/0009-27
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios				Demonstração de Resultados dos Exercícios			
Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
(Reapresentado)				(Reapresentado)			
Ativo				Receitas Operacionais		36.271.349	34.176.000
Circulante		5.972.262	6.819.479	Serviços prestados pacientes SUS		36.271.349	34.176.000
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.938.367	3.025.959	Custos		(29.210.177)	(28.970.688)
Contas a receber	5	3.147.335	2.852.321	Serviços de terceiros		(14.920.809)	(15.726.245)
Estoques		545.138	630.758	Pessoal e encargos		(9.473.597)	(9.031.607)
Adiantamento a funcionários		71.397	78.180	Materiais e medicamentos		(4.815.771)	(4.212.836)
Outros créditos		256.967	221.688	Despesas		(6.550.923)	(6.153.955)
Despesas antecipadas		13.058	10.573	Pessoal e encargos		(2.368.399)	(2.257.902)
Não Circulante		9.367.112	6.813.518	Despesas gerais	14	(3.711.714)	(3.591.705)
Contas a receber	5	6.542.519	3.694.519	Impostos, taxas e contribuições		(12.213)	(9.716)
Partes relacionadas	8	565.000	565.000	Depreciação/amortização		(458.597)	(429.843)
Depósitos judiciais	12	20.000	20.000	Provisão para contingências		-	(115.000)
Imobilizado líquido	6	2.193.318	2.476.272	Outras receitas		-	250.211
Intangível líquido	7	46.275	57.727	Financeiras, Líquidas		35.680	71.033
Total do Ativo		15.339.374	13.632.997	Despesas financeiras		(36.035)	(79.841)
	Nota	2018	2017	Receitas financeiras		71.715	150.874
(Reapresentado)				Superávit / Déficit do Exercício		545.929	(877.610)
Passivo				Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
Circulante		5.347.777	4.187.329	Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Fornecedores	9	2.931.571	1.967.079		2018	2017	
Obrigações trabalhistas	10	1.794.873	1.686.689	(Reapresentado)			
Obrigações sociais	11	269.201	244.957	Fluxos das atividades operacionais			
Obrigações fiscais		111.027	129.414	Superávit / (Déficit) do exercício		545.929	(877.610)
Outras contas a pagar		16.836	10.085	Ajustes de reconciliação do resultado			
Partes relacionadas	8	224.269	149.105	Depreciação/amortizações		458.597	429.843
Não Circulante		115.000	115.000	Superávit / Déficit ajustado		1.004.526	(447.767)
Provisão para contingências	12	115.000	115.000	Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo		(2.003.091)	1.126.962
Patrimônio Líquido	13	9.876.597	9.330.668	(Aumento) / redução dos créditos		(3.171.510)	653.384
Patrimônio social		9.330.668	10.208.278	Redução / (Aumento) em estoques		85.620	(81.350)
Superávit / (déficit) acumulado		545.929	(877.610)	Aumento em despesas antecipadas		(2.485)	(2.860)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.339.374	13.632.997	Aumento de fornecedores		964.492	325.847
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios				Aumento de obrigações trabalhistas		108.184	207.745
Finds em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Aumento de obrigações sociais		24.244	5.152
	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total	(Redução) de obrigações tributárias		(18.387)	(4.221)
Em 31 de dezembro de 2016	10.667.348	(461.159)	10.206.189	Aumento de outras obrigações		6.751	21.176
Incorporação ao Patrimônio Social	(461.159)	461.159	-	Ajustes patrimoniais		-	2.089
Ajustes patrimoniais	2.089	-	2.089	Caixa líquido (utilizado nas)/proveniente das atividades operacionais		(998.565)	679.195
Déficit do exercício	-	(877.610)	(877.610)	Atividades de investimentos		(164.191)	(32.262)
Em 31 de dezembro de 2017	10.208.278	(877.610)	9.330.668	Aquisição de imobilizado		(158.320)	(32.262)
Incorporação ao Patrimônio Social	(877.610)	877.610	-	Aquisição de bens do intangível		(5.871)	-
Superávit do exercício	-	545.929	545.929	Atividades de financiamento		75.164	149.105
Em 31 de dezembro de 2018	9.330.668	545.929	9.876.597	Transações com partes relacionadas		75.164	149.105

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios				Finds em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - Em Reais (R\$)			
<p>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) faz parte da rede pública do estado do Pará e atende a região Metropolitana III, composta por 22 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde, abrangendo uma população de, aproximadamente, 900 (novecentos) mil habitantes. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. O Hospital está situado à Rua Adelaide Bernardes, s/nº, bairro Nova Conquista, cidade de Paragominas/PA.</p> <p>b) Contrato de Gestão: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 26 de maio de 2014, por meio de contrato de gestão nº 028/SESPA/2014. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p>				<p>médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.</p> <p>c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas</p>			
Ambito	Legislação	Publicação					
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970					
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969					
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967					
<p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo</p>							

continua >

▶*continuação* pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017: A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

Valor líquido contábil	Apar. e Inst. Cirúrgicos	Ap. Telef.	Máquinas e Equip.	Veículos	Móveis e Utensílios	Equip. Informática	Equip. Instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2017	10%	10%	10%	20%	10%	10%	10%	
Saldo inicial	2.314.667	-	123.649	21.412	258.439	118.537	20.474	2.857.178
Adições	3.950	-	1.339	-	9.815	17.158	-	32.262
Depreciação	(308.520)	-	(15.652)	(8.860)	(33.878)	(43.537)	(2.721)	(413.168)
Saldo Final	2.010.097	-	109.336	12.552	234.376	92.158	17.753	2.476.272
Em 31 de dezembro de 2018	2.010.097	-	109.336	12.552	234.376	92.158	17.753	2.476.272
Adições	138.543	330	8.443	-	5.955	5.049	-	158.320
Depreciação	(311.328)	(145)	(25.296)	(8.860)	(45.402)	(46.557)	(3.686)	(441.274)
Saldo Final	1.837.312	185	92.483	3.692	194.929	50.650	14.067	2.193.318

7. Intangível	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2017	20%	
Saldo inicial	74.401	74.401
Amortização	(16.674)	(16.674)
Saldo Final	57.727	57.727

Em 31 de dezembro de 2018	Software	Total
Saldo inicial	57.727	57.727
Adições	5.870	5.870
Amortização	(17.322)	(17.322)
Saldo final	46.275	46.275

8. Partes Relacionadas: Em 2018, o montante a receber de R\$ 565.000 (R\$ 565.000 em 2017), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar, em 2018, de R\$ 224.269 (R\$ 149.105 em 2017), refere-se a contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

9. Fornecedores	2018	2017
Materiais e medicamentos	409.642	567.065
Serviços	413.787	390.281
Serviços médicos	2.108.142	1.009.733
Total	2.931.571	1.967.079

10. Obrigações Trabalhistas	2018	2017
Obrigações trabalhistas	735.150	661.265
Provisão férias	981.428	949.722
Provisões FGTS s/férias	78.295	75.702
Total	1.794.873	1.686.689

11. Obrigações Sociais	2018	2017
INSS a recolher	74.993	61.562
FGTS a recolher	103.209	94.417
IRRF s/ folha a recolher	83.063	87.292
Contribuição Sindical a recolher	7.936	1.686
Total	269.201	244.957

12. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$115.000 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Possível	2018	2017
Cível	50.000	50.000	
Trabalhista	960.003	112.127	
Total	1.010.003	162.127	

Em 2018 e 2017, a Entidade possuía R\$ 20.000 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

13. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit).

14. Despesas Gerais e Administrativas	2018	2017
Serviços de gestão	(1.828.034)	(1.811.140)
Energia elétrica	(628.045)	(551.152)
Aluguel de máquinas	(624.923)	(361.190)
Viagens e hospedagens	(141.757)	(103.612)
Manutenção e conservação	(127.725)	(329.564)
Outros	(361.230)	(435.047)
Total	(3.711.714)	(3.591.705)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Caixas	1.000	500
Banco conta movimento	19.404	209.424
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.917.963	2.816.035
Total	1.938.367	3.025.959

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

5. Contas Receber: O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 028/SESPA/2014 com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 26/05/2019.

Circulante	2018	2017
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	3.147.335	2.852.321
Total	3.147.335	2.852.321

Não circulante	2018	2017
Contrato de gestão número 028/2014-SESPA	6.542.519	3.694.519
Total	6.542.519	3.694.519

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de ciclos de gestão anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

6. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	2018	2017
Cota patronal	2.064.959	1.987.516
Terceiros	598.838	576.379
RAT/SAT	206.496	198.751
Total INSS	2.870.293	2.762.646
COFINS	1.088.140	1.029.930
Total	3.958.433	3.792.576

15. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2018	2017
16. Cobertura de Seguros:		
Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.		
17. Instrumentos Financeiros:		
A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.		
Aplicações financeiras	1.917.963	2.816.035
Contas a receber	9.689.854	6.546.840
Total ativos financeiros	11.607.817	9.362.875
Fornecedores	2.931.571	1.967.079
Total passivos financeiros	2.931.571	1.967.079

18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Paragominas/PA, 19 de março de 2019.

	2018	2017
Aplicações financeiras	1.917.963	2.816.035
Contas a receber	9.689.854	6.546.840
Total ativos financeiros	11.607.817	9.362.875
Fornecedores	2.931.571	1.967.079
Total passivos financeiros	2.931.571	1.967.079

18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Paragominas/PA, 19 de março de 2019.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará - Paragominas - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos controles e critérios adotados pela Administração para a determinação da classificação de parte do contas a receber junto a SESP, no ativo não circulante, devido a expectativa de negociação junto ao ente público.

Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. ii) As demonstrações contábeis foram preparadas em base contábil de continuidade operacional, entretanto, chamamos a atenção sobre a necessidade de que haja renovação contratual para continuidade de gestão do Hospital após o término do contrato 028/SESPA/2014, em 26/05/2019. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 21 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2019.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam - Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

Protocolo: 417397

EDITAL

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ - CRM/PA, torna público que realizará o Pregão Presencial nº002/2019-CRM/PA, na data, horário e local abaixo indicados, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de link dedicado de internet banda larga para Sede e Anexo do CRM/PA, de acordo com especificações técnicas do Termo de Referência. O edital poderá ser retirado no sítio da internet: <http://www.cremepa.org.br> ou pessoalmente na Sede do CRM/PA, na Av. Generalíssimo Deodoro 223, Umarizal, Belém/PA. Data de Abertura: 05 de abril de 2019, às 10 horas.

Dr. Manoel Walber dos Santos Silva - Presidente do CRM/PA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ efetivou Dispensa de Licitação Nº08/2019, Base Legal - Art. 24, Inciso II, da Lei Nº8.666/93. Objeto: compra de 03(três) centrais de ar refrigerado para Delegacia Regional de Santarém/PA. Credor: LIDER REFRIGERAÇÃO. Valor global: R\$9.350,00. Dotação Orçamentária: 622.12.44.90.52.003-maquinas e equipamentos. Autorizado em 07/03/2019 e Ratificado em 08/03/2019, por **Dr. Manoel Walber dos Santos Silva - Presidente do CRM/PA.**

NOTIFICAÇÃO

A Corregedora do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e sob os auspícios do art. 63, IV do Código de Processo Ético-Profissional, NOTIFICA o Sr. CARLOS LUIZ TELES DE SOUZA para comparecer na Delegacia Regional de Marabá-CRM/PA, sito a Rua Plínio Pinheiro nº1152, Novo horizonte, Marabá/PA, no prazo de 15(quinze) dias, a contar desta publicação. E por se encontrar em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento deste, expediu-se este Edital, que será publicado na forma da lei.

Dra. Maria de Fátima Guimarães Couceiro - Corregedora do CRM/PA.

Protocolo: 417386

PUBLICAÇÃO ERRATA AU N.: 3699/2018

Errata de publicação: Na publicação de recebimento da AU N.: 3699/2018 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, Processo Nº.: 2017/36981. Imprensa Oficial do Estado do Pará do 27 de março de 2018, onde lê-se Palmyra Recursos Naturais Exploração e Comércio Ltda. Leia-se Palmyra do Brasil Indústria e Comércio de Silício Metálico e Recursos Naturais Ltda.

Protocolo: 409415

Pará - Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/ A

CNPJ/MF nº 22.949.911/0001-00 | Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais da Amazônia - FINAM

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Belém (PA), 22 de março de 2019. Hisbelo de Andrade Lima Neto - Diretor Superintendente.

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)					Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	2018	2017	Passivo e patrim. líquido	2018	2017			
Circulante			Circulante			2018	2017	
Caixa e equival. de caixa..	46.688	52.119	Fornecedores	2.565	1.799	Receita líquida d/vendas	35.699	30.531
Contas a receber d/clientes	21.675	7.171	Emprést. e financiamentos	140	624	Custo dos prod. vendidos	(23.309)	(20.563)
Estoques	3.848	2.728	Salários e encargos sociais	347	956	Lucro bruto	12.390	9.968
Tributos a recuperar	1.765	2.423	Tributos a recolher	394	621	Despesas operacionais		
Outros ativos	894	208	Dividendos a pagar	8.510	6.009	Despesas gerais e admin.	(1.590)	(1.822)
	74.870	64.649	Adiantamentos de clientes	211	224	Outras receitas operacionais, líquidas	1.068	1.061
Não circulante			Outros passivos	63	28		(522)	(761)
Realizável a longo prazo				12.230	10.261	Lucro antes d/result. finan.	11.868	9.207
Aplicações financeiras	152	-	Não circulante			Resultado financeiro		
Partes relacionadas	321	407	Emprést. e financiamentos	-	141	Despesas financeiras ...	(108)	(171)
Tributos a recuperar	198	285	Tributos diferidos	351	241	Receitas financeiras	3.302	4.716
Depósitos judiciais	267	321	Provisão p/contingências	1.156	1.276		3.194	4.545
Investimentos	10	10		1.507	1.658	Lucro antes do I. R. e da		
Imobilizado	12.547	11.256	Patrimônio líquido			Contribuição Social	15.062	13.752
Intangível	2	3	Capital social	22.469	22.469	Imp. renda e contr. social		
	13.497	12.282	Reservas de lucros	52.161	42.543	Corrente	(2.833)	(3.003)
				74.630	65.012	Diferido	(110)	293
							(2.943)	(2.710)
						Lucro líquido do exercício	12.119	11.042
Total do ativo	88.367	76.931	Total do passivo e patrimônio líquido	88.367	76.931			

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)					
Atividades operacionais	2018	2017	Atividades de investimento:	2018	2017
Lucro antes do imp. de renda e da contrib. social	15.062	13.752	Adição ao imobilizado	(2.282)	(1.415)
Ajustes p/reconciliar o lucro do exerc. ao caixa:			Aplicação financeira	(152)	-
Depreciação e amortização	991	817	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.434)	(1.415)
Juros e variações monetárias, líquidas	59	98	Atividades de financiamento:		
Reversão de provisão para contingências	(120)	(168)	Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(639)	(640)
	15.992	14.499	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(639)	(640)
(Acréscimo) decréscimo de ativos:			Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(5.431)	7.731
Contas a receber de clientes	(14.504)	(2.348)	Caixa e equivalentes de caixa:		
Estoques	(1.120)	(136)	No início do exercício	52.119	44.388
Tributos a recuperar	745	160	No final do exercício	46.688	52.119
Outros ativos	(689)	(92)	Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(5.431)	7.731
Partes relacionadas	86	415			
Depósitos judiciais	54	(12)			
Acréscimo (decrécimo) de passivos:					
Fornecedores	766	486			
Salários e encargos sociais	(609)	(13)			
Tributos a recolher	(1.064)	(437)			
Adiantamentos de clientes	(13)	(26)			
Outros passivos	40	(121)			
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(316)	12.375			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – (Valores expressos em milhares de reais)						
Reservas de Lucros						
	Capital Social	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016.	22.469	8.095	3.952	21.680	-	56.196
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.042	11.042
Destinações do lucro:						
Reserva de incentivos fiscais	-	1.597	-	-	(1.597)	-
Reserva legal	-	-	542	-	(542)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.226)	(2.226)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.677	(6.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017.	22.469	9.692	4.494	28.357	-	65.012
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.119	12.119
Destinações do lucro:						
Reserva de incentivos fiscais	-	2.117	-	-	(2.117)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.501)	(2.501)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.501	(7.501)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018.	22.469	11.809	4.494	35.858	-	74.630

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, e demais procedimentos estabelecidos na legislação em vigor. As Notas explicativas da administração, a demonstração do resultado abrangente e o relatório dos auditores independentes, encontram-se à disposição na sede da companhia. Belém/PA, 31 de dezembro de 2018.

Diretoria:
Hisbelo de Andrade Lima Neto
 Diretor Superintendente
Oswaldo Scalzo Júnior - Diretor Executivo
 Contador:
 Marcelo Gustavo Valença Correa de Araújo
 CRC/PE 016955/0-9

Protocolo: 417398

AMERICAN TOWER DO BRASIL-ATC

Torna público que recebeu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá, a Licença Prévia Ambiental, para atividade de Telefonia Móvel Celular, conforme Proc. Nº 3600/2016 denominado MBA015AT, localizado no município de Marabá-PA.

Protocolo: 417379

LSI ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

Inscrita no CNPJ: 58.034.315/0002-10, torna público, que requereu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a Autorização Ambiental, para atividade de Capina Química, no município de Paragominas - PA.

Protocolo: 417387

CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019. Menor Preço. Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene, Limpeza, Descartável e Copa e Cozinha. Abertura: 09:00hs do dia 05/04/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019. Menor Preço. Objeto: aquisição de Material de Expediente e Suprimento de Informática. Abertura: 12:00hs do dia 05/04/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019. Menor Preço. Objeto: Aquisição de Combustível. Abertura: 15:00hs do dia 05/04/2019. Mais informações na Câmara Municipal, cito Rodovia PA 454, KM 8, S/N, São Benedito, CEP: 68.610-000, Augusto Corrêa. Manoel Padilha do Vale - Pregoeiro.

Protocolo: 417395



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, segunda-feira, 25 de março de 2019 às 06:51:20.